



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Território, planejamento, desenvolvimento e conflito

**Violências e sociedade tecnologizada: um olhar sob o
paradigma das infâncias e adolescências periféricas
contemporâneas.**

Camila Barbosa Vieira¹
Luana da Silva Procópio²
Maria José de Oliveira Lima³

Resumo: Buscou-se evidenciar a correlação entre a produção das violências ao contexto econômico vigente, marcas que se transfiguram no decorrer da história e, pensar sobre os marcadores sociais nesta sociedade é, definitivamente, considerar as razões excludentes e violentas deste sistema. As infâncias e adolescências, sobretudo, aos pertencentes à família de trabalhadores, são caracterizados enquanto “minorias sociais”, que historicamente estiveram no lugar de desproteção e subjugamento no capitalismo e em meio ao avanço do Capital e o alcance da sociedade tecnologizada, o descalabro às crianças e adolescentes, sobretudo às de maior fragilidade acometem capilaridade ainda maior.

Palavras chave: Revolução 4.0; Infâncias; Adolescências; Capitalismo.

Abstract: We sought to highlight the correlation between the production of violence and the current economic context, marks that are transfigured throughout history and, thinking about the social markers in this society, are definitely considering the exclusionary and violent reasons for this system. Childhood and adolescence, especially those belonging to working families, are characterized as “social minorities”, which have historically been in a place of lack of protection and subjugation in capitalism and amidst the advance of Capital and the reach of technologized society, the collapse of Children and adolescents, especially those with greater fragility, suffer even greater capillarity.

Keywords: Revolution 4.0; Childhoods; Adolescence; Capitalism.

I - Sociedade do capital e seus processos de violências

A sociedade capitalista possui muitas questões engendradas em sua estrutura, isso ocorre, pois de acordo com Netto & Braz (2006) e Lessa (2008) apud Martins e Junior (2018, p. 222) “A sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes sociais, ou seja, há uma minoria privilegiada e uma maioria explorada e oprimida que apenas se mantém nessa

¹ Assistente social, Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca-SP na etapa de doutoramento, Mestra em Serviço Social. E-mail: c.vieira@unesp.br.

² Estudante de graduação, Discente do 4º ano no curso de Serviço Social na UNESP/Franca-SP. E-mail: luana.s.procopio@unesp.br.

³ Assistente social, Docente do curso de Serviço Social da UNESP/Franca-SP no âmbito da Graduação e Pós-Graduação. Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social desta Universidade. Doutora em Serviço Social. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br.



situação por meio do uso permanente da violência”. Ela ocorre de forma explícita e implícita, o que permite identificar a presença da violência na vida cotidiana, sobretudo, no que diz respeito aos indicadores dos marcadores sociais.

Fica evidente a presença da violência, como dito acima, desde os primórdios do capitalismo e, ela é usada para efetivar a sua permanência e persistência na sociedade, pois através da violência o capitalismo ganha espaço na sociedade. “A violência é parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, 1996 Apud COTRIM. 2022, p. 240). Nesta obra, ainda é falado que a violência também é via de ascensão e potência econômica da burguesia. porém, elas se modificam ao longo dos anos e acompanham o avanço da história, essas relações entre as classes sociais tendem a produzir pessoas intolerantes, violentas e com pouca reflexão e, isso facilita ainda mais a ampliação dessas violências no interior da sociedade.

[...] o avanço do capitalismo e a tentativa imposta pelo mercado de uma sociedade global têm produzido uma escalada crescente de: desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais em âmbito mundial, principalmente nas chamadas economias periféricas, cuja compatibilidade é inviável no processo de globalização neoliberal. (XAVIER; CHAGAS; REIS, 2019, p. 111-112).

É necessário resgatar a compreensão primária da violência, visto que este determinante é vinculado às gêneses do sistema econômico. O capitalismo gera essas desigualdades, pois fornece oportunidades e bens para uma determinada classe social enquanto faz com que as outras classes fiquem à margem da sociedade. Ainda segundo os autores, esse terreno fragmentado pelas desigualdades oriundas do capitalismo, se prolifera à violência e criminalidade, que atingem de forma mortal, povos, nações, comunidades e grupos vulneráveis socialmente e economicamente.

Esses grupos, comunidades vulneráveis na maioria das vezes se localizam nas regiões mais periféricas das cidades, isso ocorre, pois desde a origem da sociedade brasileira as pessoas que não possuíam condições financeiras de reprodução social da vida em regiões centrais, se viam “obrigados” a se organizarem de maneira vulnerável e distantes dos centros urbanos. Sabe-se que hoje em dia a maior parcela das pessoas que sofrem algum tipo de violência, sendo ela muitas vezes associada ao Capital, se localizam nos bairros periféricos. O que pode ser compreendido que,

[...] criminalizar e racializar essas populações pobres das favelas e periferias para, em seguida, pacificá-las, encarcerá-las ou mesmo exterminá-las, as políticas estatais vigentes trazem à tona a atual lógica de exclusão subjacente no capitalismo corporativo contemporâneo que descarta massas de despossuídos consideradas inúteis e que sequer têm direito a serem humanos. (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 24).

Em complemento a reflexão acima, recorre-se à Campos e Oliveira (2023,p. 393) que retratam que “A violência estatal tem sido, ao longo de séculos, a mola propulsora do desenvolvimento,



seja pela via econômica, seja pela via extraeconômica conjugada” e isso é perceptível em todo o curso da história, através da superexploração das relações de trabalho. Silva (2008, p. 270) dialoga perfeitamente com esta reflexão, ao apontar que, “As desigualdades sociais particularizadas e fundamentadas, sob as condições objetivas oferecidas pelo capitalismo (a apropriação privada da produção social), possibilitam a materialização de diferentes formas de violência”.

De acordo com Lucena (2016, p. 76) “a ordem do capital engendra as desigualdades entre as classes, excluindo dos benefícios socioeconômicos a população subalterna que terá que “se virar” para se tornar um cidadão-consumidor.” Aqui é possível visualizar uma grande problemática que impacta diretamente na vida das crianças e adolescentes dessas famílias atingidas pela desigualdade gerada pelo capitalismo.

Ainda segundo Lucena (2016, p. 77) “Para o ECA, crianças e a adolescentes devem ser prioridades absolutas, e, concebidos como sujeitos de direitos, devem receber uma política especial de atendimento condizente com sua concepção de “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”, nesse ponto, identifica-se um grande problema, quando essas famílias não conseguem “garantir” os direitos básicos aos seus filhos, visto que, até delas está sendo furtado o direito a dignidade e qualidade de vida neste sistema, fazendo-os viver sob a ótica da violência estrutural do sistema e, no que diz respeito às infâncias e adolescências que vivenciam este lugar da estrutura social, pode-se dizer que se multiplicam os riscos e fatores de violência, entendendo que já que estão cercados por todos os tipos de violência e em todos os ambientes.

II - Sociedade Tecnologizada enquanto avanço do processo excludente e violento do capital

Considerando o curso histórico da sociedade capitalista, várias foram suas mutações e revoluções, o que acarreta em transformações societárias, sendo todas estas induzidas pelos intentos econômicos do sistema em busca da expansão de sua absorção de lucro nas relações de produção.

A Revolução Tecnológica, apresenta uma das mais contemporâneas transformações sociais e com grande profundidade de mutação da ordem até então estabelecida, tal qual, vem se colocando como um dos instrumentos peculiares da reprodução da violência, inerentes ao sistema. A estimulação à produção tecnológica e seus avanços técnicos, vem para atender as necessidades do capital e não aos interesses sociais e coletivos.

O modo capitalista de produção é o primeiro a colocar as ciências naturais à serviço direto do processo de produção, quando o desenvolvimento da produção proporciona, diferentemente, os instrumentos para a conquista



teórica da natureza. A ciência logra o reconhecimento de ser um meio para produzir riqueza, um meio de enriquecimento. (MARX, 1980, Online).

Desta maneira, reconhece-se que,

A conexão entre capital, tecnociência e regulações públicas ganha novo patamar a partir dos anos de 1970, com a ampla disseminação das tecnologias da informação/comunicação (TICs) e da inteligência artificial (IA), nos contextos da economia e da sociabilidade em geral. A própria informação foi potencializada e transfigurada em insumos para os fluxos de capital nos seus diferentes segmentos. (BARBOSA, 2021, p. 31).

Esta etapa de evolução do Capital, reconhecida com a 4ª revolução industrial - a revolução tecnológica, provoca mutações de diversas ordem na vida cotidiana das pessoas - sobretudo da classe trabalhadora, além de transformar as relações de produção, ela vai impactar profundamente a reprodução da vida social.

[...] o momento histórico no qual progressivamente todo e qualquer processo estabelecido entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais produzido no e pelo trabalho, e de outro, as formas deste conteúdo ser vivenciado pelos indivíduos na experiência da vida em sociedade, pode ser digitalmente automatizado, desde o chão de fábrica até o escritório ou a sala de estar. (ARAÚJO, 2022, p. 25).

Acompanhar os processos do Capital, sobretudo, no que diz respeito às dobraduras das expressões da questão social diante da atualidade, faz-se de extrema necessidade para reconhecer as facetas da violência da sociedade do capital no contexto contemporâneo.

O conceito de “era tecnológica” encobre ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças ao qual os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos jamais desfrutados pela humanidade. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 41).

Vieira Pinto (2018), intelectual que debate o fenômeno da tecnologia na sociabilidade do capital, sinaliza que a humanidade vivencia uma relação ambígua com a tecnologia, onde se divide entre o encantamento dos recursos disponibilizados e, por outro lado, à sujeição na esfera de dominação na sociedade do capital. O que se propõe com esta reflexão não é a negação do acesso aos recursos que já estão inseridos na sociabilidade, ou a indicação que não seja positivo a grupo x ou y, mas sim, à descortinação da tecnologia como um “manto sagrado” as relações sociais. A proposta de reflexão crítica ao fenômeno e como ele se emprega na sociedade e alcança a população em geral.

O uso das máquinas tecnológicas, como o computador e celulares, vem sendo apontado como uma das principais consequências do desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas. Embora este acesso e uso esteja associado a manutenção ou ao aprofundamento das contradições desta estrutura social capitalista “[...] se de um lado a tecnologia vem avançando e produzindo inovações cada vez mais notáveis, de outro, elas não estão plenamente disponíveis ao conjunto da população, que se vê, em sua maioria cerceada do acesso aos



frutos das inovações tecnológicas. (VELOSO, 2011, p. 33).

Por um lado, a revolução muda o perfil de toda uma sociedade, ultrapassa a tecnologia restrita à produção, e apresenta tecnologias e soluções digitais para pessoas e lares, entretanto, a propagação da esfera da produção e reprodução vinculada à tecnologia não apresenta a capilaridade de acesso equitativa aos grupos sociais.

O percurso tecnológico, desde o marco da revolução 4.0 (revolução industrial tecnológica), vem exercendo uma das principais ferramentas, no que tange à reprodução violenta do sistema econômico vigente, entendendo que “[...] as tecnologias são produtos de uma sociedade e uma cultura”. (LEVY, 1999, p. 22), desta forma, apresenta-se enquanto um subproduto do capital, e por isso, reproduz os intentos violentos do sistema econômico vigente. Tais quais, reafirmam o mesmo foco como alvo de suas “perversidades”, a mesma parcela societária expostas aos processos excludentes no curso da história, continuam sendo o alvo violento da exclusão, opressão, invisibilidade e desproteção, como é o caso de crianças e adolescentes, sobretudo, aos pertencentes à classe trabalhadora e com organização da vida em espaços periféricos.

Dados sobre o aces vão retratar a reprodução da desigualdade histórica que assola o país diante de todos os determinantes sociais particulares do Brasil (país de capitalismo periférico, herança colonialista, escravagista, patriarcal).

O processo de urbanização digital ora em curso no Brasil demanda, além de infraestrutura técnica e suporte econômico, a oferta de serviços adequados à realidade sociocultural dos usuários do país. A fim de propor soluções efetivas de inclusão digital que considerem as várias dimensões desse processo [...]. (OSÓRIO; ÁVILA; PICCOLO, 2015, p. 216).

Nota-se que o mesmo, pertencente a maioria populacional, de minoria social excluída historicamente, também se enquadra aos indicadores desigualdade tecnológica, visto que, de acordo com Veloso (2011), “exclusão digital” não corresponde a um fenômeno novo, pelo contrário, só reitera o lugar de indivíduos que, historicamente, são excluídos dos processos sociais.

E neste contexto esta população se enquadra com as vulnerabilidades sociais acrescidas no processo tecnológico, tais quais não se diz respeito somente à exclusão digital, ao não letramento digital, mas também, representa-se o grupo que está sob o foco e índices das violências sociais no âmbito do universo cibernético.

De acordo com o Dossiê da Intolerância, no ciberespaço são dez as principais formas mais evidenciadas: Aparência, Classe social, Deficiência, Homofobia, Misoginia, Política, Idade/geração, Racismo, Religião e Xenofobia. (DOSSIÊ, 2016 apud QUADRADO; FERREIRA, 2020, p. 422).



Percebe-se que as demarcações sociais empregadas à violência cibernética, são correlacionadas às violências sociais cotidianas, acrescidas de maior capilaridade e exposições a riscos. O que evidencia que parcela societária sofre duplamente a violência digital, às vezes pelo não e-ou escasso/frágil acesso (não letramento crítico de manuseio) e pelo cenário frágil de ser alvo (vítima) de crimes e violências cibernéticas.

No que tange, desta maneira, os reflexos e impactos do avanço da sociedade do capital, no alcance da era tecnológica, a exclusão e a violência, como faces da mesma moeda, como dito anteriormente, vai ganhando novas facetas e dobraduras em complexidade, sobretudo a grupos sociais, vulneráveis e periféricos na dinâmica desta sociedade.

III. Infâncias e adolescências contemporâneas: a dicotomia violenta entre avanço tecnológico e realidades periféricas.

A infância não é uma realidade plana, vivida ou representada exclusivamente no singular; pelo contrário, destaca-se em cada forma de viver um campo próprio que remete para a coexistência de traços singulares diversos, decorrentes de desigualdades assinaladas por diferentes origens de gênero, espaço social de classes e, até mesmo, de local geográfico. (ALMEIDA, 2009, apud CARVALHO, 2013, p. 81).

Iniciar este tópico com esta reflexão a partir dos autores acima é propositivo para alcançar a provocação de que os processo da vida, de infâncias e adolescências, no contexto da vida, na dinâmica periférica é altamente complexo, dialético e composto por maior índice de exposições, riscos e vulnerabilidades àquelas crianças com maior proteção socioterritorial e geográfica.

[...] cria-se a “cidade insalubre” aonde os pobres, gente perigosa, suja, não pode dividir o cenário com a cidade limpa e organizada promulgada pelo desenvolvimento que trazia a modernidade ao país. Um país que “precisava” de indivíduos limpos, dóceis e disciplinados para o trabalho, para ordem e para o dever moral. (SOUZA; SARMENTO, 2007, p. 3).

Compreender o contexto da exclusão territorial enquanto um elemento presente na ‘vida de pessoas com marcadores sociais é compreender como a sociedade do capital se amadurece. “Escolhemos o termo "exclusão territorial" com a proposta óbvia de relacioná-lo com o conceito de exclusão social, muito mais do que com pobreza ou disparidades sociais.” (ROLNIK, 1999, p.101)

Pensar que a própria dinâmica da vida na periferia já é fruto histórico de violência que vai acometer reflexos até os dias atuais, pavimenta esta reflexão acerca das relações sociais de crianças e adolescentes e seus processos dicotômicos com os determinantes da sociedade. Crianças e adolescentes periféricos, estão propensos a sofrer muito mais com as condições



de desigualdade geradas pelo capitalismo e a lidar com os vários tipos de violência presente na sociedade.

A relação entre violência policial, raça, pobreza e segregação socioespacial, evidencia que o racismo estrutural no Brasil é um sistema que naturaliza e legitima inúmeras mortes e violências praticadas por parte do Estado contra as populações periféricas, sob o jugo da manutenção da ordem, entende-se aqui, ordem burguesa. (VIANA, 2021, p. 21).

Cotidianamente, esses sujeitos que estão em processo de formação, irão presenciar e/ou vivenciar situações de violência em vários espaços de sua rotina, seja pelas próprias pessoas de sua casa, da comunidade que vive, nas escolas e até mesmo pelos policiais que ao invés de cuidarem do seu bem-estar, são os primeiros a causar males.

Esta circunstância é posta à sociabilidade e presencia-se a transferência da conotação necessária de proteção e subsídio do Estado de Proteção Social para uma conotação de Estado Penal e Policial, que vem a se negar direitos, virando caso de polícia todas as expressões da questão social.

Se tratando do Estado Policialesco - Policial, entende que,

Estado policial não é o Estado no qual a polícia tem o poder. É o estado em que as agências de diversas naturezas, notadamente as do sistema de Justiça, passam a funcionar com a lógica policialesca. A fraternidade que permearia as relações sociais é relegada, todos são tratados como suspeitos, até prova em contrário, e os padrões civilizatórios que orientam os comportamentos sociais substituída pela brutalidade (BENJAMIN, 2019, p. 12).

“Pode-se dizer que “punir os pobres por não se adequarem à ordem vigente passou a ser um instrumento de enquadramento do Estado.” (SANTOS, 2020, p. 26 Apud SANTOS, 2023, p. 4).

Desde cedo crianças e adolescentes periféricas, sobretudo, às negras (pretas e pardas) são ensinadas a como lidar quando um policial a param na rua (e isso é transmitido com “tranquilidade” até pelas mídias em cenas de telejornais, filmes e séries), e muitas dessas crianças/adolescentes nunca voltam para casa, com pesquisas rápidas ao Google é possível identificar casos sobre prisão de adolescentes pretos e nos piores casos à morte.

E a compreensão desta problemática, sobretudo periférica, é associada aos determinantes históricos da construção das periferias, que majoritariamente foram formadas por pessoas negras (pretas e pardas) por compor a maior camada social de vulnerabilidade no percurso socio-histórico brasileiro, desta maneira, neste contexto, “[...] a morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça.” (BONES; LABORNE, 2018, p. 6). Isso ocorre porque o racismo é engendrado nas veias da origem desta sociedade, o que é reforçado por Almeida (2020) apud Eurico (2020, p.9) ao falar sobre o racismo desde os processos das infâncias brasileiras, sendo que, “A desigualdade social é profunda no



Brasil, expondo as crianças e adolescentes negras a intensas violações de Direitos Humanos, exigindo do Estado políticas públicas para sua atenção”.

Se faz necessário refletir sobre o processo sócio-histórico da sociedade, que tem suas raízes aos padrões produtivistas e opressor, considerando raça, gênero e ciclos etários para tal condição. Dentro desta ótica, as infâncias e adolescências não eram vistas como sujeitos em desenvolvimento e, muito menos, lhe garantido este lugar necessário ao processo, o que,

[...] no período medieval o sentimento de infância não existia, o que não significava que as crianças eram negligenciadas, desprezadas ou abandonadas, uma vez que essa fase da vida estava ligada à ideia de dependência e assim que a criança conseguia se desprender de sua mãe ou ama, era inserida no mundo dos adultos. (AIRES, 1981 apud MATHIAS; GONÇALVES, 2017, p. 163).

No período da Revolução Industrial, por um exemplo, as crianças eram utilizadas como mão de obra, um dos motivos para isso acontecer era porque tinham mãos pequenas e conseguiam fazer coisas que um adulto não conseguia, fatos históricos que são necessários para realizar a análise crítico dialética que, circunstancialmente responde à realidade.

Reconhecer todas as vulnerabilidades e olhar para as infâncias e adolescências que ainda, em pleno século XXI se tem, é consequente e histórico, “o conceito ou a ideia que se tem da infância foi sendo historicamente construído e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura.” (AIRES, 1960 apud ROCHA, 2002, p. 53).

A problemática de colocar as infâncias e adolescências em lugar de desproteção, com o discurso de “ser melhor”, “de ocupação”, “de segurança” historicamente acontece e ainda é presente na sociabilidade contemporânea, entretanto, vale resgatar que os marcadores sociais vinculados às crianças e adolescentes do passado, são os mesmos atribuídos na sociedade contemporânea, e, esses corpos possuem gênero, raça e vivência geopolítica.

“a banalização quanto a uma cultura de violência nas comunidades periféricas contempla a questão da classe social e de raça, ou seja, a visão que a criminalidade tem origem nesses territórios, sendo promovidas por negros e pobres, denota o racismo junto a esse segmento social.” (SANTOS, 2018, p. 6).

Os determinantes geopolíticos se apresentam desde a dinâmica do capitalismo global, não é uma particularidade do Brasil e dos grandes centros urbanos esta vulnerabilidade. Historicamente, vulneráveis são violentados em detrimento de interesses da burguesia no mundo, o que é muito nítido, quando se trata de crianças e adolescentes e as fragilidades mundiais, o tráfico humano, onde,

As pessoas traficadas no mundo inteiro, entre elas, as crianças, são provenientes de países do chamado Terceiro Mundo (Ásia, África, América do Sul e o Leste Europeu), são encaminhadas, na maioria das vezes, para países desenvolvidos (Estados Unidos, Europa Ocidental, Israel e Japão) onde são impostas à exploração sexual, em condições análogas ao trabalho forçado, e até mesmo à escravidão. (CAIRES,2009, p.305)



Em questão ao dito acima, no que diz respeito às vivências de crianças e adolescentes periféricas, na exposição às vulnerabilidades e violências cotidianas, sobretudo, no tocante à relação dicotômica da meritocracia⁴, sob o discurso da superação individual para problemas que são coletivos e sociais, considerando a vida sob a lógica comercial e consumista da era neoliberal, onde o TER vem em detrimento do SER, considerando, claro todas as condições subjetivas e objetivas para a sobrevivência desses núcleos familiares, crianças e adolescentes muitas vezes são incutidos a caminhos como do: trabalho infantil, criminalidade e/ou prostituição como uma possível saída para as velhas problemáticas vivenciadas até então por si e suas famílias.

O conceito de “infâncias e adolescências”, é heterogênea, vai responder vivências singulares e plurais, e, além disso, ela sofre mutações no contexto histórico, ao longo e passar às gerações, muda também conforme as experiências que essas crianças e adolescentes são expostos/as.

Ao deparar com a subjetividade coletiva sobre os processos de “infâncias e adolescências” na atualidade, em linhas gerais, será possível compreender que “essa fase da vida está sendo novamente roubada porque as crianças estão apresentando comportamentos semelhantes aos dos adultos [...]” (POSTMAN 1999 apud MATHIAS; GONÇALVES, 2017, p. 164).

Quando se reflete sobre a sociedade contemporânea, sobretudo, era informatizada e tecnologicada, reconhece-se que o perfil de sociabilidade, de relação entre produção e reprodução social sofreu várias interferências, uma delas acomete a forma de ser e existir de crianças e adolescentes da chamada geração Z⁵.

Se, as infâncias e adolescências são consideradas enquanto um processo da vida, singular e da mesma maneira heterogênea e, que estão vinculadas aos determinantes sociais e culturais da sociedade no que diz respeito às suas expressões e reprodução, pode-se conferir que no decorrer da sociabilidade capitalista, na esfera tecnologicada, sendo um estágio dos intentos do capital, as reproduções violentas pela segregação e exclusão tecnológica, bem como, as violências cibernéticas, somam mais um dos fatores cotidianos que acometem às infâncias e adolescências contemporâneas,

“Tarefa cada vez mais difícil com o avanço da tecnologia e acesso ilimitado a internet, por pessoas de todas as idades, incluindo crianças, que acessam, comentam, curtem, produzem e publicam, constantemente sem a autorização ou supervisão dos adultos responsáveis, deixando-as vulneráveis aos maus oferecidos pela rede. Os riscos apresentados às crianças e adolescentes no uso da internet são inúmeros, como o abuso sexual virtual, cyberbullying, exploração sexual, exposição a conteúdos inapropriados, entre outros” (FILHO; MARCELINO, 2020, p. 880)

⁴ “A meritocracia é uma ideologia que reforça as desigualdades econômicas, sociais e históricas, ao mesmo tempo em que oferece a promessa de uma saída para essas desigualdades.” (WAYNE; CABRAL, 2021, p. 2).

⁵ “Estamos falando do que sociólogos e publicitários classificam como nativos digitais, ou geração Z: pessoas nascidas a partir da segunda metade da década de 1990.” (KAaconteceu MPF, 2011, p. 1).



sobretudo, com maior ênfase às vulneráveis e periféricas.

A Internet trouxe benefícios para a sociedade, como comunicação, informação, educação, entretenimento, etc. Mas também trouxe práticas ilícitas que exploram as falhas e a conexão da rede mundial de computadores, chamadas de crimes cibernéticos ou cyberameaças. [...] no entanto, é importante ressaltar que nem todas as vítimas de crimes cibernéticos são iguais, pois existem diferentes fatores que influenciam a vulnerabilidade, a exposição e a reação das vítimas. Alguns desses fatores são: idade, gênero, classe social, nível de escolaridade, acesso à internet, conhecimento sobre segurança digital, entre outros, (PURIFICAÇÃO; VIANA, 2023, Online).

Diante das problemáticas expostas, e, de maneira a não ser relativista para com a crítica da sociedade tecnológica, reconhece-se a conotação paradoxal desta sociabilidade, visto que a mesma apresenta promoção de melhorias em relação ao tempo, esforços e “soluções inteligentes”. Entretanto, compreendendo o novo cenário de sociabilidade, a vida cibernética apresenta, tanto riscos, como benefícios, é possível reconhecer os determinantes de reprodução da violência às minorias sociais históricas, visto que, o cenário contemporâneo, “[...] tecnológico, também traz consigo novas e alarmantes formas de abuso e violação dirigidas a crianças e adolescentes no cenário virtual no Brasil, tais como a disseminação de pornografia infantil e exploração sexual online.” (PURIFICAÇÃO; VIANA, 2023, Online).

Outro ponto a se destacar, também com a conotação de violência do sistema, na reprodução da privação do acesso aos bens socialmente constituídos, ou seja, os benefícios disponíveis à sociedade estão tecnologicamente segregados a partir dos contextos históricos, sociais (de raça, gênero e classe social) e, geográficos/geopolíticos, aspectos que reforçam a conotação excludente do sistema.

Exposição gritante destes determinantes aconteceu durante ao distanciamento do convívio coletivo/presencial a partir da pandemia pela COVID-19, onde ficou “evidente” algumas lacunas que não eram novas, com a exemplo que,

Uma série de brasileiros [...] experimentaram uma forte distopia social ao longo dos processos de isolamento. Muitos “nativos digitais” puderam se isolar e cumprir as regras de distanciamento social. Outros tantos, que na verdade consistem na maior parcela da população brasileira, tiveram que se expor a riscos incomensuráveis por não possuírem acesso à rede, ou então, fazerem uso de um serviço precário. É claro, que diante o contexto apresentado, percebe-se que está em curso uma forte potencialização da segregação tecnológica, que possibilita, por sua vez, o aumento das formas de exclusão social já existentes em nosso país. Assim, entre tantos desafios do por vir, há a clara necessidade de se repensar a lógica de desenvolvimento de nossas cidades. (BARBOSA, 2021, p. 3).

Quando se fala do acesso seletivo da cidade e, sobretudo, dos bens e construtos que ela agrega na vida dos indivíduos, a exclusão digital se registra enquanto marca da exclusão - aquele fruto da contradição Capital X Trabalho, esbarra-se nos intentos da “inclusão digital” como “tábua de salvação” para o problema e, a critério, o incluir digitalmente, de acordo com Osório, Ávila; Piccolo (2015, p. 223), não se refere apenas ao ato de acessar e/ou aprender



a usar um equipamento pelos moldes de “informática” mínima, mas sim, de utilização com dimensão crítica e segura.

A segregação tecnológica enquanto aprofundamento e expressão da mesma problemática e, diante disso, reconhece-se que a falta de letramento sociotecnológico andam de mãos dadas. e, vai ocorrer de forma orquestrada à atingir alguns grupos sociais, acometendo a vida de pessoas que vivenciam a margem dos “usufrutos” sociais do trabalho (marginalizadas - periféricas), não obstante, as crianças e adolescentes de seus núcleos familiares. Pensar em estratégias que corroboram com esta questão, podem, sem dúvida, ser um elemento de proteção e resistência diante das expressões contemporâneas.

[...] considera-se “novos letramentos” determinadas práticas sociais nas quais as tecnologias digitais da informação e da comunicação [...] têm um papel central na produção, distribuição, troca, refinamento e negociação de significados socialmente relevantes codificados na forma de textos [...]. (BUZATO, 2015, p. 125).

Uma vez que o letramento precisa ser compreendido a partir de um contexto sócio-histórico, cultural, espacial e institucional (BUZATO, 2015). O letramento social crítico interconectado à dimensão tecnológica é extremamente necessário para começar a “romper” as primeiras barreiras ao falar-se sobre violências cibernéticas e promoção do desenvolvimento infantojuvenil, na condição contemporânea e periférica. Entretanto é importante repensar se estratégias de “Letramento Sócio Digital” não estão seguindo somente pelo caminho do acesso e disponibilidade, deixando aquém o caminho da segurança e criticidade, a fim de promover, sobretudo, a participação, integração e socialização da potência comunitária, de uma geração e de um espaço sócio-geográfico.

IV - Considerações Finais:

Não se pode pensar que os avanços tecnológicos, da maneira que foram implementadas na sociedade, representam acesso de processo a todos, sobretudo, a qual parcela populacional acontecerá.

É de suma importância pensar sobre a influência da tecnologia na vida de crianças e adolescentes, sobretudo, as periféricas. A revolução tecnológica trouxe muitos avanços, mas em qual âmbito eles ocorreram e para quem eles aconteceram? Como a tecnologia pode ser um meio de igualar todos os povos em todos os lugares, se nem todos possuem condições de ter um dispositivo tecnológico ou até mesmo a própria internet, quando se pensa sobre isso, se vê a questão social muito presente e seus reflexos estão inseridos até mesmo no uso da internet.



As violências em questão, ao debate, são agudizadas e favorecidas no cenário profícuo para que se tornem enquanto “mercadoria fácil”, sobretudo, à população periférica, com baixo letramento socio-digital.

Pensando a infância e adolescência enquanto um período de diversas vulnerabilidades e mutações, isso acentua-se no contexto da dinâmica periférica e, sobretudo, ao cerne da tecnologia e seu avanço.

Da-se necessário considerar criticamente os elementos tecnológicos e como abordá-los a fim de adaptar e agregar a essa população possibilidades efetivas de ser crianças e adolescentes, críticas e pertencentes no contexto da sociedade tecnologizada.

V - Referências bibliográficas

ARAÚJO, W, P. Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital. In: Revista *Katálisis*, Florianópolis.v. 25. n.1, p. 22-32. jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/kQHYDzr9wpjWSMWjhpQGnWd/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

BARBOSA, F.P. A segregação tecnológica e a cidade: traços de uma contemporaneidade cada vez mais excludente. In: XVI Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA167_ID149010102021191002.pdf> Acesso em: 10 mar. 2024

BENJAMIN, C. Estado policial: como sobreviver. Civilização brasileira ed, 2019.

BONES, N.L; LABORNE, A.A.P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. In: Educação em Revista, v.34, p.1-26. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>> Acesso em: 12 mar. 2024

BUZATO, M. E. K.. U. Novos letramentos e inclusão digital: em direção a um enfoque pós-social. In: BRAGA, D, B. Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social: possibilidades e contradições. São Paulo: Cortez, 2015.

CAIRES, C.S. O Tráfico de crianças e adolescentes no Brasil. In: **An. Sciencult**, v.1, n.1, p. 305-312, Paranaíba, 2009. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/viewFile/3432/3405>> Acesso em: 12 mar. 2024

CAMPOS, G.A.; OLIVEIRA, I. F. Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente. In: **Revista Katálisis**, v. 26, n. 3, p. 386–395, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e93170>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CARVALHO, M. J. L. The other side of city: children, urbanization and violence in the Lisbon Metropolitan Area. In: **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 72, p. 79–101, 2013. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/view/2619>>. Acesso em: 27 jan. 2024.



CUTRIM, A. C. VIOLÊNCIA EM TEMPO DE CAPITALISMO. In: **Pólemos**, v. 11, n. 24, 239-258, 2022 Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/45921/37479>> Acesso em: 27 jan. 2024.

EURICO, M.C. **Racismo na Infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FELDMAN-BIANCO, B. Deslocamentos, desigualdades e violência do estado. In: **Ciência e cultura**, v. 67, n. 2, p. 20–24, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200009>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FILHO, F. A.O. L.; MARCELINO, C. P. S. Trabalho infantil cibernético: riscos e consequências da fama na internet. In: Revista Brasileira De Direito E Gestão Pública, 8(3), 875–888, jul./set.2020 . Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/8212>> Acesso em: 12 mar. 2024

KAMPF, C. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção do pensamento. In: ComCiência no. 131 Campinas 2011. Disponível em: <https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700004&lng=en#:~:text=Estamos%20falando%20do%20que%20soci%C3%B3logos,metade%20da%20d%C3%A9cada%20de%201990.> Acesso em: 13 mar. 2024

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999. Tradução: Carlos Irineu da Costa.

LUCENA, C.D. O fenômeno da ideologia e a criminalidade infantojuvenil. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.19, n.1, 0. 73-80, jan/jun. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100008>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

MARTINS, K.O; JUNIOR, F.L. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. In: Gerais, Rev. Interinst. Psicol. vol.11 no.2, Belo Horizonte jul./dez.2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110204>> Acesso em: 17 fev. 2024

MARX, K. Capital e tecnologia: manuscritos de 1861-1863, 1980. Tradução disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>>. Acesso em 10 de mai. 2023. Tradução: Fernando A. S. Araújo.

MATHIAS, E.L.U.; GONÇALVES, J.P. As tecnologias como agentes de mudança nas concepções de infância: desenvolvimento ou risco para as crianças? In: **Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 162-174, set/dez. 2017. Disponível em: <<https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/485/251>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

OSÓRIO, A. F. S.; ÁVILA, I. M. A.; PICCOLO, L. S. G. Experiências de governo eletrônico inclusivo como motivador da inclusão digital. In: BRAGA, D, B. Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social: possibilidades e contradições. São Paulo: Cortez, 2015.

PURIFICAÇÃO. R. S.; VIANA, J. R. Proteção digital da infância e adolescência: desafios emergentes na prevenção e combate aos crimes cibernéticos no Brasil. In: Revista FT. v. 28. ed. 128. 2023. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/protECAo-digital-da-infancia-e-adolescencia-desafios-emergentes-na-prevenCAo-e-combate-aos-crimes-ciberneticos-no-brasil/>>. Acesso em: 10 mar. 2024.



QUADRADO, J.C; FERREIRA, E.S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. In: R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, set./dez. 2020 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p419/44291>> Acesso em: 15 fev. 2024

ROCHA, R.C.L. **História da Infância**: Reflexões acerca de algumas concepções correntes. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Rita-De-Cassia-Da-Rocha/publication/292993991_HISTORIA_DA_INFANCIA_REFLEXOES_ACERCA_DE_ALGUMAS_CONCEPCOES_CORRENTES/links/56b4c9bd08ae3c1b79aaf32b/HISTORIA-DA-INFANCIA-REFLEXOES-ACERCA-DE-ALGUMAS-CONCEPCOES-CORRENTES.pdf>. Acesso em : 5 fev. 2024.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. In: A violência Disseminada, São Paulo, Perspec.13 (4), Dez 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/cJH8wmG3XgnMGDmsjts3trF/>> Acesso em: 10 fev. 2024

SANTOS, R. Criminalização da pobreza no capitalismo contemporâneo: uma reflexão do trabalho do/a assistente social no sistema prisional brasileiro. In: **XI Jornada Internacional de Políticas Públicas**: reificação capitalista e emancipação humana como necessidade histórica/ formação da consciência de classe na luta de hegemonias. Maranhão: UFMA, 2023. Disponível em: <reificação capitalista e emancipação humana como necessidade histórica/ formação da consciência de classe na luta de hegemonias>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SANTOS, T.P. Juventude (s) da periferia: vulnerabilidade e o tráfico e o tráfico de drogas. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v.1, n.1, p. 1-14,2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22190>>. Acesso em: 15 fev. 2024

SILVA, J. F. S.. Violência e Serviço Social: notas críticas .In: **Revista Katálisis**, v. 11, n. 2, p. 265–273, 2008. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000200012>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOUZA, M; SARMENTO, H. B. M. A criminalização da pobreza: tecendo algumas reflexões. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**: neoliberalismo e políticas públicas. Maranhão: UFMA, 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/a-criminalizacao-da-pobreza-tecendo-algumas-reflexoes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VELOSO, R. **Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

VIANA, L.S. (In)segurança pública: uma análise crítica acerca da violência policial contra crianças e adolescentes no Brasil. 2021. 32 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/6170>> Acesso em: 12 fev. 2024

PINTO, A, V. O Conceito de tecnologia. São Paulo: Contraponto., 2001

WAYNE, M; CABRAL, V.N. Capitalismo, Classe e Meritocracia: um estudo transnacional entre o Reino Unido e o Brasil. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p.1-22,



2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236117535>>. Acesso em: 12 março 2024.

XAVIER, A. R.; CHAGAS, E. F.; REIS, E. C. Direito positivo, miséria social e violência no capitalismo globalizado. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 107–123, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.168>>. Acesso em: 28 jan. 2024.